



## ANEXO V É PROJETO BÁSICO

### MEMÓRIA DE CÁLCULO DOS CUSTOS DA CONTRATAÇÃO

LICITAÇÃO Nº.

PROCESSO Nº

Para compor o preço dos serviços a serem contratados, procurou-se mensurar o valor correspondente a cada **homem/mês**, entendido como o valor unitário total utilizado para a formação de preços, inclusive encargos, insumos, benefícios e tributos, jornada de trabalho, tipo de serviço para cada categoria profissional e para cada caso de incidência de adicionais.

Com efeito, foram analisadas as cláusulas das Convenções Coletivas de Trabalho e dos Dissídios Coletivos, que têm efeito normativo e definem, de forma explícita, os direitos e as obrigações dos profissionais alocados na prestação dos serviços objeto deste projeto básico.

Sob esse enfoque, para efeito de definição dos salários e demais benefícios das ocupações presentes neste projeto básico, foi adotado o piso salarial fixado na Convenção Coletiva de Trabalho 2010 para algumas ocupações e outras, o valor de mercado.

Já para a definição da jornada de trabalho foram observadas as especificidades de cada cargo objeto da contratação, fato que resultou a adoção das seguintes cargas horárias:

- a) **220 (duzentas e vinte) horas mensais**, correspondentes a 44 (quarenta e quatro) horas semanais, distribuídas em: -8 horas e 48 minutos diários, de segunda a sexta-feira; ou; 8 horas diárias de segunda a sexta-feira e 4 horas aos sábados;
- b) **220 (duzentas e vinte) horas mensais**, correspondentes ao regime 12 x 36 horas, de segunda-feira a domingo;
- c) **200 (duzentas) horas mensais**, correspondentes a 40 (quarenta) horas semanais, distribuídas em: - 8 horas, de segunda a sexta-feira.
- d) **180 (cento e oitenta) horas mensais**, correspondentes a 36 (trinta e seis) horas semanais, distribuídas em: 6 horas de segunda a sábado.



# Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

Em sendo assim, o custo da contratação ficou estimado conforme planilha abaixo:

LOTES	TOTAL MENSAL	TOTAL ANUAL
LOTE 1		

A composição destes custos foi calculada a partir de sete grupos básicos:

**a) GRUPO A Ë REMUNERAÇÃO:** corresponde aos salários dos profissionais do **LICITANTE VENCEDOR**, acrescidos dos adicionais, nos casos específicos. Subdivide-se em:

**a.1) SUBGRUPO A.1. Ë SALÁRIOS, e;**

**a.2) SUBGRUPO A.2. Ë ADICIONAIS;**

**b) GRUPO B Ë ENCARGOS SOCIAIS BÁSICOS E TRABALHISTAS (% SOBRE O GRUPO A):** corresponde aos Encargos Sociais Básicos e Trabalhistas, com respectivos reflexos, devidos pela execução dos serviços contratados, cujos percentuais incidirão sobre o total do **GRUPO A Ë REMUNERAÇÃO**. Subdivide-se em:

**b.1) SUBGRUPO B.1. Ë ENCARGOS SOCIAIS BÁSICOS;**

**b.2) SUBGRUPO B.2. Ë ENCARGOS TRABALHISTAS.**

**c) GRUPO C Ë LUCRO E DESPESAS INDIRETAS Ë LDI:** engloba as despesas administrativas, operacionais, lucro, supervisão, seguro de vida em grupo, incluindo todos os tributos e contribuições. Para fins de formulação de proposta, o percentual aceitável é de, no máximo, 10% (dez por cento), incidente sobre o total do **GRUPO A - REMUNERAÇÃO**. Para fins de contratação, o valor do Grupo C não estará vinculado a nenhum Grupo, sendo um valor que permanecerá fixo e será revisto conforme previsão contratual. O IPRJ e a CSLL não deverá ser incluído no LDI, por se constituírem em tributos de natureza direta e personalíssima, que oneram pessoalmente ao **LICITANTE VENCEDOR**, não devendo, pois, serem repassados ao **TRIBUNAL** (Acórdão 1.595/2006 . Plenário, item 9.5.11 e Acórdão 325/2007 . Plenário, do TCU).



# Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

- d) **GRUPO D É INSUMOS:** corresponde ao reembolso das despesas com fornecimento de máquinas e equipamentos, ferramentais, materiais de consumo, produtos de limpeza e higiene, uniformes e EPIs/EPC's.
- e) **GRUPO E É DESPESAS REEMBOLSÁVEIS:** corresponde ao reembolso de despesas referentes ao fornecimento de vale-lanche, vale-transporte, PAF e PQM.
- f) **GRUPO F É RESERVA ORÇAMENTÁRIA PARA PAGAMENTOS FUTUROS (ENCARGOS SOCIAIS, TRABALHISTAS E VERBAS RESCISÓRIAS):** Corresponde ao reembolso de férias, abono constitucional, 13º salário, de despesas havidas com todas as verbas rescisórias dos contratos de trabalho e respectivos reflexos e incidências, bem como com a realização de horas extras e incidências.
- g) **GRUPO G É TRIBUTOS (% SOBRE O TOTAL MENSAL):** Inclui os tributos que incidirão sobre o faturamento.

Vale ressaltar que, no orçamento estimado para esta contratação estão incluídas todas e quaisquer despesas necessárias à perfeita execução do objeto, tais como:

- a) Todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e outras vantagens pagas aos profissionais, observadas às condições previstas em Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos das categorias profissionais alocadas e, se houver, em regulamento do próprio **LICITANTE VENCEDOR**;
- b) Todos os demais componentes de custos dos serviços: lucro e despesas diretas e indiretas, além dos tributos e contribuições, e dos insumos a serem disponibilizados à execução . uniformes, treinamentos, vale-transporte, seguro de vida em grupo, entre outras exigências constantes das especificações básicas;
- c) Prêmios de seguro, fretes, taxas, emolumentos e quaisquer despesas operacionais, obrigações financeiras de qualquer natureza, custo da garantia, seguro contra acidentes de trabalho, entre outras;
- d) Outros custos inerentes à natureza dos serviços contratados, observada a legislação dos órgãos responsáveis pela expedição de normas técnicas e pela fiscalização e regulação das atividades objeto do projeto básico.

## 1. **GRUPO A - REMUNERAÇÃO**



# Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

Corresponde aos salários dos profissionais alocados pelo **LICITANTE VENCEDOR** para a prestação de serviços no **TRIBUNAL**, acrescidos do adicional noturno, em casos específicos, conforme memória de cálculo abaixo:

GRUPO A - REMUNERAÇÃO	
Salário	Piso da categoria profissional ou outro valor de mercado
Adicional Noturno	Percentual aplicado pela Convenção Coletiva de Trabalho de cada ocupação sobre o valor do salário-hora normal diurno dos profissionais

## a) SALÁRIO NORMATIVO

No caso específico desta contratação, para a definição dos salários e demais benefícios das ocupações, foram adotados o piso salarial fixado nas Convenções Coletivas de Trabalho 2010, em outros, valor de mercado.

Nesse aspecto, os **LICITANTES** ficam obrigados a adequar o valor salarial estimado pelo **TRIBUNAL**, na planilha de formação de custos da contratação, quando detectado que este está inferior ao piso da categoria profissional, fixado nas respectivas convenções coletivas de trabalho, observada a proporcionalidade da jornada de trabalho inerente ao cargo contratado.

A par disso, qualquer modificação dos salários praticados nesta contratação somente será permitida quando ocorrer alteração do piso da categoria profissional, em decorrência de acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho, desde que devidamente registrado e homologado pela DRT-MG, ou ato do Poder Público, vedado a inclusão de antecipações e de benefícios não previstos originariamente.

Constitui, ainda, obrigação dos **LICITANTES** adequarem a jornada de trabalho estipulada pelo **TRIBUNAL**, quando detectado que a mesma é díspar à estabelecida para a categoria profissional nas respectivas Convenções Coletivas de Trabalho.

## b) ADICIONAL NOTURNO

Esse adicional aplica-se àquelas atividades executadas no horário noturno, por provocar um maior desgaste ao empregado.

Encontra-se previsto na legislação trabalhista, que considera noturno o trabalho executado entre **22 horas de um dia às 5 horas do dia seguinte**, para os trabalhadores urbanos.



# Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

No caso desta contratação, o **LICITANTE VENCEDOR** deverá observar os aspectos legais e os assentados nas Convenções Coletivas de Trabalho das respectivas categorias profissionais alocadas ao **TRIBUNAL**.

Sendo assim, o importe de adicional noturno necessário para a presente contratação foi o resultante da aplicação da seguinte metodologia de cálculo:

Vale ressaltar que o adicional noturno pago com habitualidade integra o salário do empregado para todos os efeitos legais, refletindo desta forma para efeito de horas extras, férias, décimo terceiro salário, aviso prévio, repouso semanal remunerado, dentre outras parcelas.

## 2. **GRUPO B É ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS**

Os encargos sociais e trabalhistas estabelecidos nesta rubrica, incidentes sobre o montante do **GRUPO A É REMUNERAÇÃO**, correspondem ao percentual estabelecido na planilha de composição de custos da contratação, sendo divididos conforme abaixo:

- **SUBGRUPO B.1. É Encargos Sociais Básicos;**
- **SUBGRUPO B.2. É Encargos Trabalhistas.**

### a) **SUBGRUPO B.1. É ENCARGOS SOCIAIS BÁSICOS**

Neste subgrupo se encontram elencadas as obrigações sociais, entendidas como as contribuições obrigatórias exigíveis sobre os salários dos empregados:

<b>SUBGRUPO B.1. É ENCARGOS SOCIAIS BÁSICOS</b>	
Instituto Nacional do Seguro Social . INSS	
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço . FGTS	
Serviço Social do Comércio . SESC	
Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC	
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA	
Serviço Brasileiro de Apoio às Pequenas e Médias Empresas . SEBRAE	
Salário Educação	
Riscos Ambientais do Trabalho . RAT/INSS (antigo SAT) com incidência do fator Acidentário de Prevenção - FAP	



<b>TOTAL DO SUBGRUPO B.1.</b>	
-------------------------------	--

**a.1.** Na hipótese de isenção de algum dos Encargos Sociais Básicos, o **LICITANTE VENCEDOR** deverá apresentar documentos comprobatórios, deduzindo este percentual do Grupo B.

**a.2.** No caso de isenção ainda não transitada em julgado, o valor será depositado em juízo até o término do contrato ou decisão terminativa.

**a.3.** O percentual da rubrica Riscos Ambientais do Trabalho é variável considerando que o FAP . Fator Acidentário de Prevenção é um multiplicador preponderante do **LICITANTE VENCEDOR**.

**b) SUBGRUPO B.2. - ENCARGOS TRABALHISTAS**

As definições dos percentuais a serem aplicados nos encargos deste subgrupo diferem-se dos encargos definidos no **SUBGRUPO B-1** **ENCARGOS SOCIAIS**, por se tratarem de percentuais obtidos com base em diferentes fórmulas de cálculo, fundamentadas em índices estatísticos.

Observe-se que os itens dispostos neste subgrupo são referentes a pagamento de direitos trabalhistas, por força de diplomas legais ou visam contemplar as ocorrências de faltas dos empregados ativos em função de conquistas trabalhistas certas, bem como as de natureza aleatórias.

Partindo do ponto de que não existem percentuais definitivos, mediante a variação dos índices estatísticos inerentes a cada categoria e região, utilizaremos os mesmos percentuais adotados atualmente pela maioria dos Órgãos Públicos em seus procedimentos licitatórios.

Assim, para compor os custos desta contratação, esse subgrupo é composto das seguintes rubricas:

SUBGRUPO B.2. ENCARGOS TRABALHISTAS	
ENCARGO	PERCENTUAL
Substituições Legais e Respectivos Reflexos	
Incidência dos encargos sociais Básicos (Subgrupo B.1)	
<b>TOTAL DO SUBGRUPO B.2.</b>	

**3. GRUPO C - LUCRO E DESPESAS INDIRETAS - LDI**



# Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

Engloba as despesas indiretas (administrativas, operacionais e supervisão), o lucro, o seguro de vida em grupo, e outras despesas necessárias à execução do contrato.

O LDI corresponde aos custos decorrentes da execução do contrato, bem como ao valor referente à remuneração da empresa pelos serviços prestados ao **TRIBUNAL** e será composto pelos seguintes itens:

<b>GRUPO C É LUCROS E DESPESAS INDIRETAS - LDI</b>	
Despesas Administrativas	
Despesas Operacionais	
Lucro	
Seguro de Vida em Grupo	
Supervisão	
Outras despesas, como treinamento, e/ou reciclagem de pessoal, etc.	
<b>TOTAL DO GRUPO C</b>	<b>Até 10%</b>

Para fins de formulação das propostas, o percentual aceitável é de, no máximo, 10% (dez por cento), incidente sobre o total do **GRUPO A - REMUNERAÇÃO**.

Para fins de contratação, o Grupo C não estará vinculado a nenhum outro Grupo, sendo um valor que permanecerá fixo e será revisto conforme previsão contratual.

#### 4. **GRUPO D É INSUMOS:**

Corresponde às despesas com o fornecimento de máquinas e equipamentos, Ferramental para Jardim, Materiais de Consumo, Produtos de Limpeza e Higiene, Uniformes e EPI's, Vale-Lanche:

<b>GRUPO D É INSUMOS</b>	
Máquinas e Equipamentos	
Ferramentais	
Materiais de Consumo	
Produtos de Limpeza e Higiene	
Uniformes e EPI'S	



## 5. GRUPO E É DESPESAS REEMBOLSÁVEIS:

Equivale às despesas com o fornecimento de vale-lanche e vale-transporte.

GRUPO E É DESPESAS REEMBOLSÁVEIS	
Vale-Lanche	
Desconto do Vale . Lanche (20% do valor do vale-lanche)	
Vale-Transporte (nº. de empregados x nº. de vales fornecidos por dia (2) x valor facial do vale x nº. de dias trabalhados no mês)	
Desconto de 6% sobre o valor total do Subgrupo A.1. - Salários	
PAF	
PQM	
<b>TOTAL DO GRUPO E</b>	

## 6. GRUPO F É RESERVA ORÇAMENTÁRIA PARA PAGAMENTOS FUTUROS (ENCARGOS SOCIAIS, TRABALHISTAS E VERBAS RESCISÓRIAS)

Perfaz o percentual destinado ao reembolso de despesas havidas com todas as verbas rescisórias previstas no contrato e respectivas incidências, bem como Horas extras e devidos reflexos e incidências legais.

GRUPO F - RESERVA ORÇAMENTÁRIA PARA PAGAMENTOS FUTUROS (ENCARGOS SOCIAIS, TRABALHISTAS E VERBAS RESCISÓRIAS)	
Férias + Abono Constitucional	
13º Salário	
Incidência dos Encargos Sociais Básicos	
Aviso Prévio Indenizado e respectivos reflexos	
Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	
Contribuição Social (Lei Complementar nº. 110/2001)	
Indenização Adicional (Art. 9º da Lei nº. 7.238/84)	
Indenização por Rescisão sem Justa Causa	
<b>SUBTOTAL DO GRUPO F</b>	
Horas Extras já com a incidência dos encargos sociais (hora extra 50% para as ocupações previstas na Convenção do SINDEAC)	





<b>TOTAL DO GRUPO F + HORAS EXTRAS</b>	
--	--

## 7. GRUPO G - TRIBUTOS

Corresponde aos tributos incidentes sobre a prestação dos serviços, de acordo com o regime de tributação de cada **LICITANTE**, sendo:

- a) **ISSQN É Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza;**
- b) **COFINS É Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social, e;**
- c) **PIS É Programa de Integração Social**

O ISSQN será variável de acordo com o local da prestação de serviços (ISSQN de cada Município).

O total de tributos incidirá sobre o faturamento mensal, devendo ser adotada a seguinte memória de cálculo para verificação dos percentuais a serem aplicados:

TRIBUTAÇÃO SOBRE FATURAMENTO	
ISSQN	%
PIS	%
COFINS	%
<b>TOTAL</b>	<b>%</b>

$$ISF = \left\{ \frac{100}{100 - (ISSQN + PIS + COFINS)} - 1 \right\} \times 100$$

## 8. DISPOSIÇÕES FINAIS

As despesas não previstas na planilha de custos, consignadas na Convenção Coletiva de Trabalho da categoria deverão ser alocadas no percentual da taxa de administração e detalhadas para os devidos fins.